

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	228.725
Preferenciais	0
Total	228.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.099.192	1.096.217
1.01	Ativo Circulante	95.317	106.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.316	39.964
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.002	47.864
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.002	47.864
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	49.002	47.864
1.01.03	Contas a Receber	13.074	14.398
1.01.03.01	Clientes	13.074	14.398
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.460	1.100
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.460	1.100
1.01.07	Despesas Antecipadas	602	1.306
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.863	1.901
1.01.08.03	Outros	1.863	1.901
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.853	1.894
1.01.08.03.02	Créditos com Partes Relacionadas	10	7
1.02	Ativo Não Circulante	1.003.875	989.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.751	12.907
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.751	12.907
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.592	2.714
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	10.159	10.193
1.02.03	Imobilizado	24.501	26.522
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.501	26.522
1.02.04	Intangível	966.623	950.255
1.02.04.01	Intangíveis	966.623	950.255

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.099.192	1.096.217
2.01	Passivo Circulante	95.224	99.994
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.319	2.805
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.319	2.805
2.01.02	Fornecedores	7.146	14.925
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.146	14.925
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.538	3.049
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.538	3.049
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.538	3.049
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.522	55.023
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.652	21.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.652	21.250
2.01.04.02	Debêntures	33.870	33.773
2.01.05	Outras Obrigações	17.566	14.673
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.488	745
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.124	665
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	364	80
2.01.05.02	Outros	13.078	13.928
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.269	8.269
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	306	324
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.503	5.335
2.01.06	Provisões	10.133	9.519
2.01.06.02	Outras Provisões	10.133	9.519
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	9.680	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	453	0
2.02	Passivo Não Circulante	713.394	706.728
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	577.233	576.058
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	171.870	176.647
2.02.01.02	Debêntures	405.363	399.411
2.02.02	Outras Obrigações	99.114	97.117
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	89.310	87.313
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	89.310	87.313
2.02.02.02	Outros	9.804	9.804
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	9.804	9.804
2.02.03	Tributos Diferidos	20.382	19.730
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.382	19.730
2.02.04	Provisões	16.665	13.823
2.02.04.02	Outras Provisões	16.665	13.823
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	13.006	10.373
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.659	3.450
2.03	Patrimônio Líquido	290.574	289.495
2.03.01	Capital Social Realizado	228.725	228.725
2.03.01.01	Subscrito	228.725	228.725
2.03.02	Reservas de Capital	165	161
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	165	161
2.03.04	Reservas de Lucros	60.609	60.609

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	4.191	4.191
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	56.418	56.418
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.075	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	79.976	75.140
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.985	-42.803
3.03	Resultado Bruto	29.991	32.337
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.598	-3.669
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.598	-3.667
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.393	28.668
3.06	Resultado Financeiro	-23.666	-20.338
3.06.01	Receitas Financeiras	1.929	1.580
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.595	-21.918
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.727	8.330
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-652	-2.091
3.08.01	Corrente	0	14
3.08.02	Diferido	-652	-2.105
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.075	6.239
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.075	6.239
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00470	0,03254

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	1.075	6.239
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.075	6.239

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.237	28.056
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.516	35.613
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.075	6.239
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	9.804	6.021
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	39	0
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ financiamentos, empréstimos e debêntures	22.734	20.063
6.01.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	209	15
6.01.01.06	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	3.247	572
6.01.01.07	Tributos diferidos	652	2.079
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.840	-934
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	2.350	1.542
6.01.01.10	Plano de opção com base em ações	4	16
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	242	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.279	-7.557
6.01.02.01	Clientes	1.082	-194
6.01.02.02	Despesas antecipadas	704	712
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-360	-520
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	122	-52
6.01.02.05	Outros créditos	41	508
6.01.02.06	Fornecedores	-7.779	-5.575
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-486	-244
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-511	-445
6.01.02.09	Partes relacionadas	3.740	90
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-832	-1.837
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.190	-22.343
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-544	-940
6.02.02	Aquisição de intangível	-23.646	-21.403
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.695	31.612
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.736	-4.982
6.03.03	Pagamento de credor pela concessão	-18	-20
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-8.027	-4.503
6.03.05	Captação de Empréstimos	0	53.043
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-360
6.03.07	Partes relacionadas - Mútuo	-353	-347
6.03.08	Juros pagos	-13.033	-11.219
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.648	37.325
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.964	25.882
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.316	63.207

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4	0	0	0	4
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4	0	0	0	4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.075	0	1.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.075	0	1.075
5.07	Saldos Finais	228.725	165	60.609	1.075	0	290.574

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16	0	-2.399	0	-2.383
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.399	0	-2.399
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	16	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.239	0	6.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.239	0	6.239
5.07	Saldos Finais	191.725	130	43.294	3.840	0	238.989

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	85.297	80.019
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.222	54.077
7.01.02	Outras Receitas	2.468	2.346
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.607	23.596
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.134	-35.022
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.293	-33.197
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.841	-1.825
7.03	Valor Adicionado Bruto	46.163	44.997
7.04	Retenções	-9.804	-6.021
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.804	-6.021
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.359	38.976
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.929	1.580
7.06.02	Receitas Financeiras	1.929	1.580
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.288	40.556
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.288	40.556
7.08.01	Pessoal	5.083	4.879
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.920	3.886
7.08.01.02	Benefícios	973	803
7.08.01.03	F.G.T.S.	190	190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.973	6.970
7.08.02.01	Federais	2.904	4.150
7.08.02.03	Municipais	3.069	2.820
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.157	22.468
7.08.03.01	Juros	12.857	11.302
7.08.03.02	Aluguéis	562	550
7.08.03.03	Outras	12.738	10.616
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.075	6.239
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	2.399
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.075	3.840

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia os resultados do 1T14: Receita Líquida cresce 6,4%

Itaquaquecetuba, 06 de maio de 2014 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014 (1T14). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2013 (1T13).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 1T14, registrou 22.946 mil veículos equivalentes pagantes, crescimento de 9,7%.
- O EBITDA foi de R\$ 35,2 milhões no 1T14, crescimento de 1,5% e margem EBITDA de 44,0%.
- A receita líquida foi de R\$ 80,0 milhões no 1T14, aumento de 6,4% em relação ao 1T13.

Destaques (em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	22.946	20.921	9,7%
Tarifa média ¹	2,58	2,58	0,0%
Receita líquida	80,0	75,1	6,4%
Lucro líquido	1,1	6,2	-82,3%
EBITDA ²	35,2	34,7	1,4%
Margem EBITDA	44,0%	46,2%	-2,2 p.p.
Capex	24,2	24,5	-1,2%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas

Comentário do Desempenho

acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 22.946 mil no 1T14, aumento de 9,7% em relação ao 1T13, sendo 65,6% correspondentes aos veículos de passeio e 34,4% correspondentes aos veículos comerciais.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T14	1T13	Var.
Passeio	15.057	14.216	5,9%
Comercial	7.889	6.705	17,7%
Total	22.946	20.921	9,7%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículos equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em R\$)	1T14	1T13	Var.
Ecopistas	2,58	2,58	0,0%

Na Ecopistas, o governo de Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,2% e 6,5%, e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) penalização das concessionárias: quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados, para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto

Comentário do Desempenho

de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 1T14 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 85,3 milhões no 1T14, crescimento de 6,6%, sendo que 69,4% correspondeu à receita de pedágio.

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Receitas de Pedágio	59,2	54,1	9,4%
Receitas Acessórias	2,5	2,3	8,7%
Receita de Construção ICPC-01	23,6	23,6	0,0%
Total	85,3	80,0	6,6%

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 23,6 milhões no 1T14, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 54,6 milhões no 1T14, representando 68,2% da receita líquida e com crescimento de 17,7%.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Pessoal	5,1	4,9	4,1%
Conservação e manutenção	2,3	2,2	4,5%
Serviços de terceiros	6,9	4,6	50,0%
Poder concedente e seguros	1,6	2,4	-33,3%
Depreciação e amortização	9,8	6,0	63,3%
Provisão manutenção ICPC 01	2,9	0,4	625,0%
Custo de construção de Obras ICPC 01	23,6	23,6	0,0%
Locações, aluguéis e outros	2,4	2,3	4,3%
TOTAL	54,6	46,4	17,7%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 35,2 milhões no 1T14, crescimento de 1,7% em relação aos R\$ 34,6 milhões obtidos em 1T13. A margem EBITDA atingiu 44,0% no 1T14, uma queda de 2,2 pontos percentuais em relação ao 1T13.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Lucro Líquido	1,1	6,2	-82,3%
Imposto de renda e contribuição social	0,6	2,1	-71,4%
Resultado Financeiro	23,7	20,3	16,7%
Depreciação e Amortização	9,8	6,0	63,3%
EBITDA	35,2	34,7	1,4%
Margem EBITDA	44,0%	46,2%	-2,2 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T14 foi negativo em de R\$ 23,7 milhões e R\$ 20,4 milhões no 1T13, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	1T14	1T13	Var.
Juros sobre debêntures	(8,9)	(8,5)	4,7%
Juros sobre financiamentos	(4,0)	(2,8)	42,9%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(9,4)	(8,5)	10,6%
Receita de aplicação financeira	1,8	1,5	20,0%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(0,3)	(0,2)	50,0%
Outros efeitos financeiros	(2,9)	(1,9)	52,6%
TOTAL	(23,7)	(20,4)	16,2%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia totalizou R\$ 1,1 milhão no 1T14.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2014, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 544,3 milhões. A Ecopistas encerrou o 1º trimestre de 2014 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 88,5 milhões e dívida bruta de R\$ 632,8 milhões no 1T14.

Comentário do Desempenho

Endividamento					
(em milhões de R\$)	31/03/2014	31/12/2013	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDDES	193,5	197,9	-2,2%	taxa TJLP+2,45% a.a	junho-2021
Debêntures	439,3	433,2	1,4%	IPCA+8,25%	janeiro-2023
Divida Total	632,8	631,1	0,3%		
Caixa e equivalentes de caixa	29,3	40,0	-26,8%		
Aplicação financeira vinculada (*)	59,2	58,1	1,9%		
Divida Líquida	544,3	533,0	2,1%		

(*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

CAPEX

Os investimentos realizados na Ecopistas totalizaram R\$ 24,2 milhões no 1T14, e são principalmente devido às obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna .

(em milhões de R\$)	1T14			1T13			Var. 1T14*1T13
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Capex	24,2	-	24,2	24,5	-	24,5	-1,2%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na nota explicativa nº 29.

As informações contábeis intermediárias da Companhia, para o trimestre findo em 31 de março de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de maio de 2014.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os Pronunciamento e Interpretações Contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	2.596	2.148
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	12.122	9.242
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	14.598	28.574
	<u>29.316</u>	<u>39.964</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 69,04% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 22,98% em Operações Compromissadas, 4,69% em Letra Financeira - LF e 3,30% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em operação compromissada, remunerados à taxa de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de março de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$3.475 (R\$1.456 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimentos (a)	49.002	47.864
Poupança (b)	10.159	10.193
	59.161	58.057
	<hr/>	<hr/>
Circulante	49.002	47.864
Não circulante	10.159	10.193
	<hr/>	<hr/>

(a) Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxa média ponderada de 99,2% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide notas explicativas nº 13 e nº 14).

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA. Em 31 de março de 2014 a Companhia possui um saldo de R\$10.159 (R\$10.193 em 31 de dezembro de 2013) registrado sob a rubrica "Outras Contas a Pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

6. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	11.852	14.306
Cupons de pedágio	399	377
Arrendamento de áreas	2.381	1.031
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (b)	(1.558)	(1.316)
	13.074	14.398
	<hr/>	<hr/>

(a) Refere-se a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos a mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	12.834	14.158
Vencidos:		
Até 30 dias	80	81
De 31 a 60 dias	80	-
De 61 a 90 dias	80	159
Acima de 90 dias	1.558	1.316
	14.632	15.714
	<hr/>	<hr/>

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2014</u>
Saldo inicial	1.316
Constituição de PCLD no exercício	<u>242</u>
Valores recuperados no exercício	1.558

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de março de 2014 é de R\$602 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2013) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 28.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	2.714	2.356
Adições	18	12
Baixas	(202)	-
Atualização monetária	62	40
Saldo final	<u>2.592</u>	<u>2.408</u>

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

	Custo			Depreciação			Residual	
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições		Saldos em 31/03/2013
Taxas médias anuais de depreciação %								
Hardware e equipamentos de pedágio	32.478	926	-	33.404	(13.436)	(1.645)	(15.081)	18.323
Máquinas e equipamentos	519	-	-	519	(124)	(16)	(140)	379
Móveis e utensílios	1.062	14	-	1.076	(261)	(27)	(288)	788
Edificações	250	-	-	250	(25)	(2)	(27)	223
Instalações	2.085	-	-	2.085	(157)	(52)	(209)	1.876
Outros	504	-	-	504	(1)	-	(1)	503
	36.898	940	-	37.838	(14.004)	(1.742)	(15.746)	22.092
								22.894
Taxas médias anuais de depreciação %								
Hardware e equipamentos de pedágio	43.356	531	-	43.887	(20.749)	(2.186)	(22.935)	20.952
Máquinas e equipamentos	549	-	-	549	(189)	(17)	(206)	343
Móveis e utensílios	1.162	13	-	1.175	(374)	(29)	(403)	772
Edificações	250	-	-	250	(34)	(2)	(36)	214
Instalações	2.499	-	-	2.499	(385)	(63)	(448)	2.051
Outros	498	-	(268)	230	(61)	-	(61)	169
	48.314	544	(268)	48.590	(21.792)	(2.297)	(24.089)	24.501
								26.522

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/03/2013	31/03/2013	31/12/2012
(*)	854.389	21.403	-	-	875.792	(40.313)	(4.232)	(44.545)	831.247	814.076
19,8	948	-	-	-	948	(468)	(47)	(515)	433	480
	855.337	21.403	-	-	876.740	(40.781)	(4.279)	(45.060)	831.680	814.556
Amortização										
Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/03/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/03/2014	31/03/2014	31/12/2013
(*)	1.016.234	23.509	(39)	268	1.039.972	(66.307)	(7.458)	(73.765)	966.207	949.927
18,5	989	137	-	-	1.126	(661)	(49)	(710)	416	328
	1.017.223	23.646	(39)	268	1.041.098	(66.968)	(7.507)	(74.475)	966.623	950.255

Contratos de concessão
Softwares de terceiros

Contratos de concessão
Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, à partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de março de 2014 é de 2,90% a.a. (1,96% a.a. em 31 de março de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco Patrimonial		Resultado
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	372	321	51
Provisão Férias Diretor	10	6	4
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	393	-	393
Provisão para devedores duvidosos	522	444	78
Regime Tributário de Transição – RTT (*)	(21.679)	(20.501)	(1.178)
IR e CS diferido – Ativo/(Passivo)	(20.382)	(19.730)	
Receita (Despesa) de IR e CS diferido			(652)
Ativo fiscal diferido		-	
Passivo diferido	(20.382)	(19.730)	
Passivo diferido líquido	(20.382)	(19.730)	

(*) O RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros capitalizados.

Reconciliação do Ativo (Passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(19.730)
Receita/ (Despesa) do imposto reconhecido no resultado	(20.382)
Saldo em 31 de março de 2014	(652)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamentos das provisões para: perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, férias de diretores, devedores duvidosos e prejuízos fiscais.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/03/2014	31/03/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.727	8.330
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(587)	(2.832)
Juros sobre o capital próprio	-	816
Despesas ineditáveis	(14)	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-
Outros	(51)	(75)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(652)	(2.091)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	-	14
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(652)	(2.105)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	1º Trim 2014	1º Trim 2013
Saldo Inicial provisão IR/CS – 31/12	-	-
Despesa IR/CS corrente DRE	-	14
Total IR/CS pagos no trimestre	-	(14)
Saldo final provisão IR/CS – 31/03	-	-

Notas Explicativas

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.012	1.074
Cofins	611	647
PIS	132	140
ISS na fonte	173	364
INSS fonte	158	541
Outros	452	283
	<u>2.538</u>	<u>3.049</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/03/2014	31/12/2013
			<u>193.522</u>	197.897
Em moeda nacional- BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.		
Circulante			<u>21.652</u>	21.250
Não circulante			<u>171.870</u>	<u>176.647</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	197.897	114.602
Adições	-	53.043
Encargos financeiros	3.980	2.823
Pagamento principal	(4.974)	(3.275)
Pagamento de juros	(3.381)	(2.532)
Saldo final	<u>193.522</u>	<u>164.661</u>

Em fevereiro de 2011 a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a Investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas

Notas Explicativas

ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014, sendo (i) 26,4%, (ii) 2,43 e (iii) 3,57.

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES

(i) PL / Passivo total

(ii) Cobertura da dívida

(iii) Dívida líquida / EBTIDA ajustado

	Exigido	Medido (*)
	> 20%	26,4%
	> 1,20	2,43
	< 4,00	3,57

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	106.965	99.200	23.495	114 mensais
b	12.453			114 mensais
c	65.310	53.704	6.537	101 mensais
d	27.999	27.999	737	114 mensais
e	21.769	-	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	10 anuais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	355.396	223.791	30.769	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2014	31/12/2013
2015	14.775	19.552
2016	24.098	24.098
2017	24.042	24.042
2018	24.095	24.095
2019	24.353	24.353
Posteriores a 2020	60.507	60.507
	171.870	176.647

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Principal corrigido	438.949	422.185
Remuneração (juros)	9.338	20.518
Custos com emissão de debêntures (*)	(9.054)	(9.519)
	439.233	433.184
Circulante	33.870	33.773
Não circulante	405.363	399.411

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Saldo inicial	433.184	419.750
Encargos financeiros	18.754	17.240
Pagamento do principal	(3.053)	(1.228)
Pagamento de juros	(9.652)	(8.687)
Saldo final	<u>439.233</u>	<u>427.075</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors.

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2014	1ª série - R\$1.175 2ª série - R\$1.248 3ª série - R\$1.223 4ª série - R\$1.198
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).

Notas Explicativas

Descrição	
	b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
	c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	15.675	(931)	14.744	18.953	(1.473)	17.480
2016	23.237	(1.378)	21.859	22.729	(1.378)	21.351
2017	32.172	(1.407)	30.765	31.469	(1.407)	30.062
2018	43.258	(1.334)	41.924	43.258	(1.334)	41.924
2019	56.864	(1.080)	55.784	56.864	(1.080)	55.784
A partir de 2020	241.907	(1.620)	240.287	234.431	(1.621)	232.810
	413.113	(7.750)	405.363	407.704	(8.293)	399.411

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros trimestralmente conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	Exigido	Medido (*)
(i) PL / Passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida / EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Outros créditos	Intangível	Contas a pagar	
Circulante:						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	13
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	130
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	-	7	-	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	2	-	-	112
Elog S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	1	-	-	4
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	105
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	-	-	4.124
		-	10	-	-	4.488
Não circulante-						
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - mútuo (b)	Controladora direta	-	-	-	-	89.310
		-	-	-	-	89.310
Intangível						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	-	135	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	-	954	-	-
		-	-	1.089	-	-
Total em 31 de março de 2014		-	10	1.089	-	93.798
Total em 31 de dezembro de 2013		14.313	7	7.822	-	88.058

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	2.350
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	2.924	1.518	-
Total em 31 de março de 2014		2.924	1.518	2.350
Total em 31 de março de 2013		1.415	735	1.542

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$36.108, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de março de 2014, há um saldo em aberto de R\$89.310 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2015.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$47.856. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$41.986. Os saldos em aberto a pagar R\$143 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

(d) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

(*) Em 20 de março de 2014, a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na mesma.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2014 em R\$1.100 (R\$923 em 31 de dezembro de 2013).

A remuneração dos administradores no trimestre está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Salários	90	115
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.c)	4	16
Previdência privada	8	11
Participação nos resultados	70	53
	<u>172</u>	<u>195</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a serem realizadas durante o trimestre da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano, correspondentes as taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/03/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	8.523	581	-	9.104
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	(164)	-	(2.834)
Ajuste a valor presente - realizações	873	-	156	1.029
	<u>6.726</u>	<u>417</u>	<u>156</u>	<u>7.299</u>
Circulante	-			685
Não circulante	<u>6.726</u>			<u>6.614</u>

Notas Explicativas

	31/12/2013	Adição	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para manutenção	12.551	3.148	-	15.699
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.810)	(252)	-	(4.062)
Ajuste a valor presente - realizações	1.632	-	190	1.822
	<u>10.373</u>	<u>2.896</u>	<u>190</u>	<u>13.459</u>
Circulante	-			453
Não circulante	<u>10.373</u>			<u>13.006</u>

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,99% a.a., correspondente a taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Baixa	Efeito financeiro	31/03/2013
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	-	-	(3.087)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	(1)	3.970
	<u>10.083</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>10.082</u>
Circulante	2.142			2.141
Não circulante	<u>7.941</u>			<u>7.941</u>

	31/12/2013	Baixa	Efeito financeiro	31/03/2014
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.651)	-	-	(3.651)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	161	4.132
	<u>9.519</u>	<u>-</u>	<u>161</u>	<u>9.680</u>
Circulante	<u>9.519</u>			<u>9.680</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>-</u>

18. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

	31/03/2014	31/12/2013
Parcelas variáveis	<u>306</u>	<u>324</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Notas Explicativas

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Saldo inicial	324	590
Custo (Vide nota explicativa nº 22)	925	1.693
Pagamentos	(943)	(1.713)
Saldo final	<u>306</u>	<u>570</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	281	127	408
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	14	-	14
(-) Pagamentos	-	(6)	(6)
(+) Atualização monetária	5	2	7
Saldos em 31 de março de 2013	<u>300</u>	<u>123</u>	<u>423</u>
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2014	2.673	777	3.450
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	26	131	157
(-) Pagamentos	(34)	-	(34)
(+) Atualização monetária	64	22	86
Saldos em 31 de março de 2014	<u>2.729</u>	<u>930</u>	<u>3.659</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de março de 2014 no montante de R\$4.848 (R\$4.676 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de março de 2014 o montante de R\$8.451 (R\$4.220 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$228.725 representado por 228.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Notas Explicativas

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do trimestre ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 75.592 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o trimestre de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2014, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$4 (R\$16 em 31 de março de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo trimestre das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	75.592
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	75.592
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	16.489	28.516	30.587	75.592

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,15	14.776	6,15	91	11 meses
2016	15,04	7.647	2,79	21	23 meses
		<u>22.423</u>	<u>4,99</u>	<u>112</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou 3 programas de recompra de Ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

Notas Explicativas

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$13,60. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de março de 2014, é de R\$8.029.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	22.689	22.121
Pedágio por equipamento eletrônico	34.764	30.215
Vale-pedágio	1.769	1.741
	59.222	54.077
Receita de construção	23.607	23.596
Receitas acessórias (a)	2.468	2.346
Receita bruta	85.297	80.019
Deduções da receita bruta (b)	(5.321)	(4.879)
Receita líquida	79.976	75.140

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	59.222	54.077
Receitas acessórias	2.468	2.346
	61.690	56.423
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(1.851)	(1.692)
PIS (0,65%)	(401)	(367)
ISS (2% a 5%)	(3.069)	(2.820)
	(5.321)	(4.879)

Notas Explicativas

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Pessoal	5.083	4.879
Conservação e manutenção	2.250	2.231
Serviços de terceiros (a)	6.863	4.578
Seguros (vide nota explicativa nº 28)	704	745
Poder Concedente	925	1.693
Provisão para manutenção	2.896	417
Custos com construção	23.607	23.596
Depreciações e amortizações	9.804	6.021
Locação de imóveis e máquinas	562	550
Outros custos e despesas operacionais	1.889	1.760
	<u>54.583</u>	<u>46.470</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	49.985	42.803
Despesas gerais e administrativas	4.598	3.667
	<u>54.583</u>	<u>46.470</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.846	1.535
Outras	83	45
	<u>1.929</u>	<u>1.580</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(8.877)	(8.480)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.980)	(2.822)
Variação monetária sobre debêntures	(9.411)	(8.483)
Amortização de custos das debêntures	(466)	(278)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(351)	(190)
Juros sobre contrato de mútuo	(2.350)	(1.542)
Outras	(160)	(123)
	<u>(25.595)</u>	<u>(21.918)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.666)</u>	<u>(20.338)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>1.075</u>	<u>6.239</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>228.725</u>	<u>191.725</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,005</u>	<u>0,03</u>

b) Lucro diluído

Notas Explicativas

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 20.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$299 (R\$186 em 31 de março de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 18 deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de março de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de mercado

- (i) Exposição a riscos cambiais
- (ii) Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxa média remunerada de 98,1% do CDI, e refletem as condições

Notas Explicativas

de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	633.061	631.405
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(88.477)	(98.021)
Dívida líquida	544.584	533.384
Patrimônio líquido (ii)	290.574	289.495
Índice de endividamento líquido	1,87	1,84

- (i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 18.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2014 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	29.316	29.316
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	13.074	13.074
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	59.161	59.161
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	7.146	7.146
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	193.522	193.522
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	439.233	439.233

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 31 de março de 2014, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 31 de março de 2014, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.
- b) Risco de taxa de juros

Notas Explicativas

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.440 (R\$14.306 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	35.210	34.722	34.187	143.784
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.177	12.707
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	51.319	59.566	64.792	683.755

TJLP em 31 de março de 2014 – 5,00%.

IPCA em 31 de março de 2014 – 6,12%.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do trimestre. Para os passivos com taxas pós-

Notas Explicativas

fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do trimestre de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	1.960	1.470	980
Debêntures	Alta do IPCA	(39.139)	(39.545)	(39.947)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(12.947)	(14.516)	(16.068)
Juros a incorrer, líquidos		(50.126)	(52.591)	(55.035)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,12%	7,65%	9,18%
TJLP (b)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (c)	11,00%	8,25%	5,50%

(a) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa da CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$36 (R\$39 em 31 de março de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

28. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2013 a junho de 2014	141.060
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2013 a junho de 2014	263.846
"All Risk" - danos materiais	Junho de 2013 a junho de 2014	2.078.130
"All Risk" - perda de receita	Junho de 2013 a junho de 2014	263.846

29. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à

Notas Explicativas

indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

De acordo com o contrato de concessão firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE, sendo que a última parada foi paga em 31 de dezembro de 2010.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita de construção	23.607	23.596
Custos de construção	<u>(23.607)</u>	<u>(23.596)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>31/03/2014</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	279.358	293.288
Conservação especial (manutenção)	413.923	409.120
Equipamentos	191.159	187.355

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5